

Termo de Referência 317/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
317/2024	153164-UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA. MARIA/RS	ALINE EGGRES DE CASTRO	23/10/2024 13:17 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23081.128847/2024-86

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A **Aquisição de de materiais de consumo para colégio Politécnico da UFSM**, nos termos da planilha anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.1.1. As quantidades constantes da relação anexam serão fornecidas pela Licitante Vencedora, relativas a cada item, mediante a emissão da Nota de Empenho, de acordo com o disposto neste Edital e condições expressas na proposta, através de fornecimento parcial, de acordo com as necessidades da Unidade Solicitante da UFSM.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois são bens usuais de mercado e não há necessidade de projetos adicionais para a formulação das propostas por parte da(s) empresa(s) participante(s).
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O produto fornecido fora das especificações ficará sujeito à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus à UFSM.
- 1.5. Os descritivos e unidades a serem considerado na elaboração de proposta são os que constam no termo de referência emitido pela UFSM e devem ser os entregue a cada empenho pela licitante vencedora.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares em anexo aos autos do processo.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexados aos autos do presente processo.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Das marcas aprovadas

4.1. Nos itens em que consta “Marcas Aprovadas” ou “Marcas de Referência” poderão ser feitas ofertas de outras marcas mediante envio de catálogos. Neste caso a licitante deverá proceder de acordo com o subitem 4.2

Catálogo

4.2. Para o julgamento e classificação das propostas o pregoeiro poderá convocar as licitantes para o envio do anexo, contendo os Catálogos do FABRICANTE com especificações técnicas detalhadas que comprove o atendimento do descritivo no termo de referência. Os licitantes que apresentarem catálogos incompletos poderão ter sua proposta desclassificadas. O prazo máximo para o envio dos mesmos será informado pelo pregoeiro, via chat. Caso a licitante não cumpra o prazo estabelecido pelo pregoeiro, sua proposta poderá ser desclassificada.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Sustentabilidade:

4.4. No momento da entrega dos produtos, os mesmos devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.5. Para o fornecimento do objeto licitado, a licitante deverá apresentar declaração em atendimento à Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), contendo o procedimento para o recolhimento das baterias inservíveis utilizadas pela UFSM, informando o nome de contato do responsável pela empresa, 02 (dois) telefones para contato, sendo um telefone celular e e-mail, pelos quais a UFSM acionará a empresa para que esta recolha, sem custos à UFSM, os bens inservíveis para reciclagem e destinação ambientalmente correta.

4.5.1. O prazo máximo para o recolhimento dos bens inservíveis utilizados pela UFSM será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação da UFSM. Sendo que será solicitado à empresa o recolhimento de no mínimo 01 (uma) unidade inservível a cada 01 (uma) nova unidade entregue na UFSM.

4.5.2. A licitante deverá apresentar declaração contendo procedimento para o recolhimento dos bens inservíveis utilizados pela UFSM em conformidade com o subitem 4.5 deste TR e em atendimento à Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Demais Requisitos para aceitação da proposta

4.6. Para os itens 2 e 4 do Termo de Referência em que for solicitado, a licitante deverá apresentar o certificado do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) para o produto apresentando comprovante da certificação no momento do aceite da licitação.

4.7. O produto ofertado deverá apresentar o prazo de garantia descrito no anexo ao Termo de Referência.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de fornecimento dos produtos, objeto de cada Nota de Empenho, não poderá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do mesmo. O prazo indicado pela unidade solicitante para a entrega parcelada do objeto empenhado deverá ser rigorosamente observado, sujeitando a licitante vencedora às cominações previstas no presente Edital.

5.2. Os bens deverão ser entregues nas instalações Colégio Politécnico da UFSM - Av. Roraima nº 1000, Prédio 70, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria - RS, CEP: 97105-900

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.23. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.24. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.18.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.18.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.18.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.18.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.18.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.18.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.18.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 54.311,92

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 54.311,92 (cinquenta e quatro mil, trezentos e onze reais e noventa e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela anexa.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será indicada por ocasião da emissão da Nota de Empenho ou de outro instrumento hábil.

11. Condições de contratação

11. Das Condições da Contratação.

11.1. O Objeto da licitação, de acordo com as demais condições constantes no Termo de Referência, edital de licitação e Termo de Julgamento da Licitação, faz parte integrante deste documento, independente de transcrição.

11.1.1. Da Formalização da contratação: A presente contratação será formalizada pela emissão de Nota de Empenho.

11.1.2. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no aviso de dispensa/termo de referência e seus anexos.

11.2. Do Prazo de execução e vigência: A entrega do bem/serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota de Empenho.

11.3. Das Condições de Recebimento do Objeto

11.3.1. A entrega do bem/serviço deverá ser atestada pela UFSM, que aferirá a sua conformidade com as especificações constantes no Processo retro citado e condições do Termo de Referência.

11.3.2. O servidor responsável pelo acompanhamento da execução do objeto formalizará o seu recebimento na própria nota fiscal e/ou fatura correspondente.

11.3.3. O Contratado se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição do objeto/serviço rejeitado, se este apresentar divergências relativas às especificações constantes no referido processo.

11.4. Do Preço

Os valores da presente contratação estão disponíveis no Termo de Julgamento da Licitação, que faz parte integrante deste documento, independente de transcrição.

11.5. Faturamento

11.5.1. A nota fiscal, e/ou fatura, deverá ser emitida em nome da UFSM.

11.6. Do Pagamento

11.6.1. As condições de pagamento estão previstas no item 7 do Termo de Referência.

11.7. Do Descumprimento contratual

11.7.1. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

11.8. Das Obrigações do Contratado

11.8.1. São obrigações do Contratante:

11.8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

11.8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.9. Das obrigações do Contratado

11.9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

11.9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da

execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação constantes no edital da licitação;

11.9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

11.10. Da Garantia de execução

11.10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11.11. Das Infrações e sanções Administrativas

11.11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

1. der causa à inexecução parcial do contrato;
2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. der causa à inexecução total do contrato;
4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
4. Multa. As multas da presente contratação constam no edital da licitação, independente de transcrição.

11.12. Da Extinção Contratual: A eventual extinção do ajuste se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, não cabendo, ao Contratado, direito a qualquer indenização. O contratado reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

11.13. Do Foro

11.13.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santa Maria/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE EGGRES DE CASTRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 23/10/2024 às 13:17:16.

JANE LUCIA SARTORI LAMPERT

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo ao Termo de Referencia - Pregao 90092.pdf (43.61 KB)

**Anexo I - Anexo ao Termo de Referencia - Pregao
90092.pdf**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Processo...: 23081.128847/2024-86 Pregão SRP 90092 / 2024 Data da Emissão: 23/10/2024

Abertura: Dia: 11/11/2024 Hora: 09:00:00

Objeto Resumido:

Modalidade de Julgamento : Menor Preço

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Bastão de cola quente (refil), fina, 7,5 mmx30cm, pacote com 1 kg. Quantidade aproximada de bastões por embalagem 85 unidades. CATMAT: 379312.		Pacote	54,3900	1,00		
2	Pistola para cola quente fina, 10-12Watts, bivolt. Corpo em plástico, ponta metálica. Deve possuir certificação do Inmetro. Marca de referência: Tramontina. CATMAT: 439981.		Unidade	62,0500	2,00		
3	Canetinha Hidrográfica com ponta média. Estojo com 12 cores. Marca de Referência: Faber Castell. CATMAT: 359998.		Unidade	16,2900	1,00		
4	KIT contendo 1 Ferro de solda com suporte, potência mínima de 60W, 220V, mola em aço inoxidável e 1 Tubo de Estanho. Deve possuir certificação do Inmetro. Garantia mínima de 3 meses. CATMAT: 372138.		Kit	41,1700	1,00		
5	Protetor plástico para crachás em PVC rígido, na cor branco leitoso, medindo 56 mm x 88 mm, garras laterais de 5 mm para fixação dos crachás (e abertura na parte superior com 8 mm x 4 mm). CATMAT: 347368.		Unidade	0,9900	25,00		
6	Flanela de Limpeza. Em algodão, cor amarela, com dimensões mínimas de 40x60cm, com bainha.	304395	Unidade	7,1300	15,00		
7	Display de parede porta folha A4, medindo 21x30cm, em acrílico transparente, com fita dupla face. CATMAT: 615509.		Unidade	19,5800	20,00		
8	Tesoura multiuso grande, com lâmina em aço inox, com cabo em resina termoplástica, com no mínimo 26cm de comprimento. CATMAT: 330539.		Unidade	25,9000	10,00		
9	Papel Poli Sujinho, Liso, cores sortidas. Medidas aproximadas: 49cm x 69 cm. Pacote com 50 folhas.		Pacote	45,3200	2,00		
10	Papel Poli Sujinho, estampado, estampas sortidas. Medidas aproximadas: 49cm x 69 cm. Pacote com 50 folhas.		Pacote	49,9000	2,00		
11	Fita Plástica decorada, estampas diversas, com 32mm de largura e 100m de comprimento.		Unidade	44,5000	5,00		
12	Fita plástica lisa, na cor amarela, com 30 mm de largura e 150 m de comprimento.		Unidade	40,3200	2,00		
13	Fita plástica lisa, na cor laranja, com 30 mm de largura e 150 m de comprimento.		Unidade	40,3200	2,00		
14	Fita plástica lisa, na cor rosa, com 30 mm de largura e 150 m de comprimento		Unidade	40,3200	2,00		
15	Fita plástica lisa, na cor branca, com 30 mm de largura e 150 m de comprimento		Unidade	40,3200	2,00		
16	Fita floral, cor verde. Rolo com, no mínimo, 27 metros de comprimento e 12 mm de		Unidade	5,9900	5,00		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	largura.						
17	Fio de Nylon, com 0,50 mm de espessura. Rolo com 100 metros de comprimento		Rolo	8,9000	20,00		
18	Espetinho/palito de churrasco, de madeira, com ponta, com medidas aproximadas de 25 cm de comprimento x 3,5 mm de espessura. Pacote com 100 unidades. CATMAT: 334771.		Pacote	8,0400	2,00		
19	Palito de sorvete, de madeira, na cor verde, ponta redonda, com aproximadamente 10 cm de comprimento. Pacote com 100 unidades. CATMAT: 432392.		Pacote	9,0000	3,00		
20	Ráfia sintética, dupla face, cor Kraft. Rolo com, no mínimo, 100 metros.		Rolo	21,8000	5,00		
21	Fio de sisal, na cor azul. Rolo com 10 metros, espessura mínima do fio: 2 mm.		Rolo	7,5000	10,00		
22	Fio de juta, com luréx, cor natural, com fios em ouro/dourado. Rolo com 10 metros, espessura mínima do fio: 2 mm.		Rolo	6,9000	3,00		
23	Fio de luréx, na cor ouro/dourado. Rolo com 10 metros, espessura mínima do fio: 2 mm.		Rolo	14,9000	3,00		
24	Fita de juta, cor natural. Rolo com 10 m de comprimento e 30 mm de largura. CATMAT: 303537.		Rolo	28,7000	4,00		
25	Fio de rami, na cor natural, nº 1, espessura mínima aproximada 1,5 mm, peso aproximado por rolo: 100 gramas.		Rolo	14,9000	40,00		
26	Rolo de barbante nº 8, cor cru. Rolo com, no mínimo, 457 metros (600gr). CATMAT: 306725.		Rolo	17,3900	1,00		
27	Rolo de feltro, com 50 metros de comprimento e, no mínimo, 1,20 metros de largura. Espessura de 12 mm. CATMAT: 397814.		Rolo	920,5000	4,00		
28	Régua de acrílico cristal com polimento perfeito, bordas chanfradas e escalas de precisão de mm em mm, gravadas à quente. Escala de 50 cm. Marca de referência: Trident.		Unidade	35,2800	15,00		
29	Bloco de papel milimetrado com 50 folhas, A3, com Gramatura 60gr. CATMAT: 414487.		Pacote	37,5000	10,00		
30	Controlador de temperatura sensor digital. Voltagem: alimentação de 220 V. Possui uma única tecla para ajustar todos os parâmetros. Manual de instrução. Faixa de operação -50 a 105 °C. Corrente Elétrica:16A. Marca/Modelo de referência: Full Gauge/ TC900E POWER.		Unidade	237,9000	4,00		
31	Disjuntor DC/CC 63A/440V Bipolar para energia solar off-grid. Corrente de corte 63A, voltagem máxima 440V, corrente máxima 6kA, montagem 35 mm DIN (trilho). Normas IEC60898 / GB10963. CATMAT: 416374.		Unidade	68,0000	5,00		
32	Dispositivo de Proteção contra Surtos (DPS) Bipolar DC/CC SOLAR 150V e 40kA. Normas Aplicáveis: EN50539-11/IEC 61643-31. Corrente de descarga máxima @		Unidade	221,2300	5,00		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	8/20 µs (Imax): 40kA. Tensão máxima de operação contínua (Ucpv): 150Vdc. Tempo de resposta típico:<25ns. Proteção de sistemas fotovoltaicos.						
33	Motor universal 12V para vidro elétrico automotivo com eixo de engrenagem. Compatível com Mabuchi 8 dentes. Torque mínimo 8N.m. Rotação nominal entre 50 e 80RPM		Unidade	79,9000	6,00		
34	Placa controladora compatível com Raspberry Pi 4. Memória RAM mínima de 4Gb. Acompanha cartão de memória mínimo 16GB e fonte de alimentação		Unidade	720,0000	4,00		
35	Placa Controladora compatível com Arduino Uno R3. Acompanha cabo USB e fonte de alimentação bivolt 12V/1A.		Unidade	91,1900	4,00		
36	Módulo Leitor de tags RFID LF. Padrão: ISO 11784/785, Frequência de trabalho: 125 KHZ / 134,2 KHZ . Com antena de alcance mínimo 1m. Interface de comunicação TTL ou RS232.		Unidade	1.095,5700	4,00		
37	Módulo Leitor de tags RFID UHF padrão ISO 11784/11785; Frequência de 860-960 MHz; Com Antena de no mínimo 3dB, alcance mínimo de 2 metros. Interface de comunicação TTL ou RS232.		Unidade	1.424,9500	2,00		
38	Camera compatível com Raspberry Pi. Resolução mínima 5Mp. Sistema de iluminação LED IR para visão noturna. Campo de visão mínimo de 110º e máximo de 140º. Sensor CCD de no mínimo 1/4". Acompanha cabo de conexão.		Unidade	179,9900	6,00		
39	Célula de carga. Capacidade de 500kg. Cabo 4 vias no mínimo 2m. Proteção Mínima IP65.		Unidade	490,0000	4,00		
40	Célula de carga. Capacidade entre 150kg e 200kg. Cabo 4 vias no mínimo 2m. Proteção Mínima IP65.		Unidade	352,8600	4,00		
41	Célula de carga em alumínio. Capacidade 10kg. Proteção mínima IP65. Com ligação de 4 fios. Impedância de saída 350ohms		Unidade	27,7300	6,00		
42	Módulo Amplificador para célula de carga, compatível com HX711. Conversor AD de 24bits. Taxa de atualização mínima 10Hz. Interface de saída digital compatível com Arduino e Raspberry Pi.		Unidade	15,3000	12,00		
43	Fonte Chaveada 12V 10A 120 Watts Bivolt 110V 220V		Unidade	55,0000	4,00		
44	Bateria Estacionária 12V 40Ah Garantia mínima de 2 anos Dimensões aproximadas: 175 x 175 x 175mm Peso aproximado: 9,5kg Modelo de referência: Freedom DF500 Apresentar catálogo do produto ofertado.		Unidade	339,9000	4,00		
45	Painel solar fotovoltaico de 150Wp ou superior Número de células: 36		Unidade	343,0000	4,00		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	Eficiência mínima do módulo: 15% Cabo: 4mm², com comprimento de 90cm, com conector MC4 acoplado Garantia mínima de 10 anos Dimensões aproximadas: 1270 x 676 x 30mm Peso aproximado: 11kg Modelo de referência: Resun RS6E-155M Apresentar catálogo do produto ofertado.						
46	Ponto para link internet via rádio, alcance mínimo 1km, para uso externo. Composta por: Antena mínimo 16dB. Roteador de no mínimo 150MBps. Fonte de alimentação bivolt.		Unidade	523,3400	4,00		
47	Sensor Fotoeletrico Retro Reflexivo Industrial com espelho prismático. Ajuste de sensibilidade por trimpot. 1 saída a rele com um contato fechado e outro aberto, pode ser alimentado com Vcc ou VCA. Corrente máxima de saída dos contatos 3A.		Unidade	520,0000	4,00		
48	Relê 12V 40A Reversor 5 pinos.		Unidade	12,4300	8,00		
49	Caixa Montagem em PVC IP65. Tamanho mínimo 300x200x120mm. Vedação: Borracha oring.		Unidade	117,9200	4,00		
50	Tubo de aço com diâmetro nominal de 1" e espessura de parede de no mínimo 2,5 mm e comprimento da barra de no mínimo 6 m		Metro	152,0700	45,00		
51	Tubo de aço com diâmetro nominal de 3/4" e espessura de parede de no mínimo 2 mm e comprimento da barra de no mínimo 6 m		Metro	132,9100	10,00		
52	Brinco eletrônico UHF transponder eletrônico para uso em bovinos, ovinos, e caprinos. Com o sistema de identificação RFID, informações coletadas e registradas automaticamente. Características: Tecnologia UHF (Ultra High Frequency); Impresso e programado conforme o padrão ISO 11784/11785; Alcance de leitura flexível; Leitura individual e em grupos; Frequência de 860-960 MHz;		Unidade	5,7300	100,00		
53	Brincos - etiqueta de orelha animal de 134,2 KHz: sistema de rastreamento de identificação de animais Especificação: Etiqueta feminina: 28*13mm Etiqueta masculina: 28*23mm Padrão: ISO 11784/785, Frequência de trabalho: 125 KHZ / 134,2 KHZ Distância de trabalho: 10-60cm (relacionado ao equipamento leitor de cartão) Aplicação: Suínos/suínos/caprinos/ovinos/outros animais		Par	7,5000	100,00		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
54	Chapa de aço com largura de 1,2 m, comprimento de 3 m e espessura de 1,5 mm		Unidade	395,9300	8,00		
55	Pinos dobradiça 1/2 pol. Material aço		Unidade	2,2000	12,00		
56	Barra chata 3/8" x 1/8" com 6 m. Material aço		Unidade	8,3400	4,00		
57	Chapa de aço Xadrez com no mínimo espessura de 2,65 mm, largura de 1,2 m e comprimento de 3 m		Unidade	827,5000	4,00		
58	Tubo quadrado aço com no mínimo as seguintes dimensões 30 mm x 30 mm x 1,5 mm e 6 metros de comprimento		Unidade	93,0000	4,00		
59	Chapa de aço inox com espessura de no mínimo 0,4 mm, comprimento mínimo de 1 m e área de no mínimo 1 m²		Metro Quadrado	193,5400	1,00		
60	Filamento para impressão 3D, material PETG, diâmetro 1,75mm. Cores preto e/ou cinza.		Unidade	95,0000	5,00		
61	Mola de tração com no mínimo as seguintes dimensões: comprimento 250 mm, diâmetro de 25 mm espessura do arame de 3mm. Material aço		Unidade	78,0000	4,00		
62	Chave Gangorra 4 pólos. 16A/250V. Dimensões mínimas 30x20x16mm.		Unidade	11,1700	10,00		
63	Cabo flexível 0,75mm²(18awg), de cobre com isolamento de pvc com tensão mínima de 300V.		Metro	0,7700	250,00		
64	Mala/Case para filmadora Sony HXR-MC88 com alça para transporte. Características: compartimentos internos com divisões ajustáveis para acomodar os equipamentos; bolsos frontais e laterais para os acessórios; porta tripé frontal; revestida com espuma de alta qualidade, interior acolchoado em espuma com divisórias removíveis. Dimensões Internas Aproximadas (CxLxA): 40 x 22 x 22cm.		Unidade	209,8900	1,00		
65	Adaptador de fonte para Câmera Nikon, Substitui Bateria Nikon EN-EL14. Acompanha cabo de força com comprimento de 1,2m.		Unidade	249,0000	1,00		
66	Leitor de cartão SD/SDHC/SDXC/USB compatível com PC/Notebook (HUB 3 PORTAS USB 3.0 5GPBS - LEITOR DE CARTÃO SD E MICRO SD - 5 em 1).		Unidade	131,3400	1,00		
67	Suqueira Jarra de vidro com Dispenser 4,9 Litros		Unidade	195,0000	2,00		
68	Bateria Estacionária de Alta Capacidade, de chumbo-ácido regulada por válvulas - VRLA, 12V 7Ah (Selada) para uso em Nobreak Tensão Nominal (V): 12 Capacidade (C10): 6,4 Capacidade (C20): 7 Dimensões aproximadas: - Comprimento (mm): 150 - Largura (mm): 65 - Altura Total (mm): 100 Tipo Terminal: Faston 187 (F1) ou superior Flutuação: 13.5 a 13.8 V Ciclico: 14.1 a 15 V Corrente Máxima de Recarga: 2.10 A Garantia: 12 meses. Modelo de referência: UP1270E Unipower		Unidade	138,9000	16,00		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Informar:

Razão Social da Empresa: _____

CNPJ: _____

Endereço, Local e Estado: _____

Cep: _____ Fone/Fax: _____ Telex: _____

Nome do Banco: _____ Nome da Agência: _____ Número da Agência: _____

Número Conta Bancária: _____ Data: ____/____/____

Assinatura